

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas da
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ 101080/O-0

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.225	47.844	23.666	119.865
Contas a receber	7	-	-	43.629	37.698
Adiantamento à fornecedores		53	99	147	594
Despesas antecipadas		-	-	2.274	635
Impostos a recuperar	8	1.561	1.140	2.568	4.828
Partes relacionadas	9	3.180	929	1	-
Total do circulante		8.019	50.012	72.285	163.620
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Caixa restrito	15	-	-	49.462	-
Partes relacionadas	9	-	14.717	-	-
Depósitos judiciais		-	-	-	14
Investimentos	10	504.316	521.425	-	-
Imobilizado	11	650	686	1.335.755	1.349.662
Intangível	12	-	-	59.603	62.739
Partes relacionadas	9	668	-	-	-
Total do não circulante		505.634	536.828	1.444.820	1.412.415
Total do Ativo		513.653	586.840	1.517.105	1.576.035
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	13	1.810	565	12.320	85.736
Empréstimos e financiamentos	15	3.058	45.868	39.584	58.899
Obrigações fiscais e trabalhistas	14	686	1.038	3.082	2.958
Partes relacionadas	9	1.691	4.532	-	-
Provisões socioambientais	17	-	-	4.162	4.089
Arrendamento Mercantil	18	-	-	3.544	-
Dividendos a pagar		153	153	153	153
Total do circulante		7.398	52.156	62.845	151.835
Não circulante					
Partes relacionadas	9	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	119.143	118.359	984.952	945.948
Provisões socioambientais	17	-	-	937	3.046
Provisão para desmobilização	16	-	-	43.341	58.881
Arrendamento Mercantil	18	-	-	37.918	-
Total do não circulante		119.143	118.359	1.067.148	1.007.875
Total do passivo		126.541	170.515	1.129.993	1.159.710
Patrimônio líquido					
Capital Social	21	446.900	446.900	446.900	446.900
Contribuição de capital	21	1.225	14.113	1.225	14.113
Prejuízos acumulados		(61.013)	(44.688)	(61.013)	(44.688)
Total do Patrimônio Líquido		387.112	416.325	387.112	416.325
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		513.653	586.840	1.517.105	1.576.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	22	-	-	199.397	30.444
Custo das vendas	23	-	-	(90.466)	(9.968)
Lucro Bruto		-	-	108.931	20.476
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	24	(578)	(1.033)	(15.062)	(16.374)
Outras despesas operacionais	24	(60)	(44)	(599)	(166)
Resultado da equivalência patrimonial	10	1.654	(22.648)	-	-
Resultado operacional		1.016	(23.725)	93.270	3.936
Receitas financeiras	25	1.536	2.550	4.633	6.884
Despesas financeiras	25	(18.877)	(12.501)	(106.995)	(44.496)
Resultado financeiro, líquido		(17.341)	(9.951)	(102.362)	(37.612)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(16.325)	(33.676)	(9.092)	(33.676)
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	-	-	(7.233)	-
Prejuízo do exercício		(16.325)	(33.676)	(16.325)	(33.676)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	<u>(16.324)</u>	<u>(33.676)</u>	<u>(16.324)</u>	<u>(33.676)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(16.324)</u>	<u>(33.676)</u>	<u>(16.324)</u>	<u>(33.676)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Contribuição de capital	Reservas de lucros	Prejuízo acumulados	Total
Saldos 31 de dezembro de 2017		446.900	4.536	493	(11.505)	440.424
Contribuição de capital		-	9.577	-	-	9.577
Absorção de prejuízo		-	-	(493)	493	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(33.676)	(33.676)
Saldos 31 de dezembro de 2018	21	446.900	14.113	-	(44.688)	416.325
Contribuição de capital		-	(12.888)	-	-	(12.888)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(16.325)	(16.325)
Saldos 31 de dezembro de 2019	21	446.900	1.225	-	(61.013)	387.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(16.325)	(33.676)	(9.092)	(33.676)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.654)	22.648	-	-
Depreciação e amortização	36	7	73.159	5.643
Despesas financeiras	13.862	10.247	99.025	12.593
Compensação de imposto	-	-	1.950	-
Baixa do imobilizado	-	-	1.713	-
Outros	1	-	1	(14)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Caixa restrito	-	-	(49.462)	-
Contas a receber	-	-	(5.931)	(37.698)
Adiantamento à fornecedores	46	(3)	447	1.438
Despesa antecipada	-	-	(1.639)	(1)
Impostos a recuperar	(421)	63	2.260	(593)
Depósito judicial	-	-	14	294
Contas a receber partes relacionadas	12.466	2.359	(1)	1.512
Aumento nos passivos operacionais:				
Fornecedores e outras obrigações	1.245	217	(73.416)	4.914
Obrigações fiscais e trabalhistas	(353)	106	(5.661)	(239)
Desmobilização sócio ambientais	-	-	(1.061)	-
Contas a pagar partes relacionadas	(2.841)	(24.144)	-	(291)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	6.062	(22.176)	32.306	(46.118)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.399)	-
Caixa gerado(aplicado) nas atividades operacionais	6.062	(22.176)	28.907	(46.118)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(36.192)	(690.010)
Aquisição de ativos intangíveis	-	-	-	(924)
Aumento de capital em controladas	-	(127.780)	-	-
Resgate de ações preferências	18.763	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(668)	(14.717)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	18.095	(142.497)	(36.192)	(690.934)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Emissão de debêntures	-	127.780	-	127.780
Liquidação do arrendamento mercantil	-	-	(3.353)	-
Captação de empréstimo BNDES	-	-	44.338	401.515
Liquidação de empréstimo	(68.776)	-	(129.899)	-
Integralização de capital	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	(68.776)	127.780	(88.914)	529.295
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(44.619)	(36.893)	(96.199)	(207.757)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47.844	84.737	119.865	327.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.225	47.844	23.666	119.865
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(44.619)	(36.893)	(96.199)	(207.757)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e constituída no Brasil em 21 de setembro de 2015 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 20 de agosto de 2015 e iniciou suas como uma sociedade holding de projetos eólicos. A Companhia é controlada integralmente pelo Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações fazendo parte do grupo Rio Energy ("Grupo"), uma plataforma de investimento fundada em 2012 com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil. Em fevereiro de 2016, a Companhia passou a ter oito subsidiárias integrais, constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico, que juntas detêm o Complexo Eólico Serra da Babilônia, constituído de 8 (oito) parques eólicos com capacidade instalada total de 223,25 MW, localizados quase em sua totalidade no município de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.

Em forma de consórcio os projetos da Companhia sagraram-se vencedores no âmbito do 8º Leilão de energia de reserva (2º LER de 2015) Edital nº 09/2015 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a contratação da energia de reserva foi criada para elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), com energia proveniente de usinas especialmente contratadas para esta finalidade seja de novos empreendimentos de geração ou de empreendimentos existentes, tendo comercializado toda a energia ao preço médio de R\$206,48MWh, a energia elétrica negociada neste leilão será objeto de Contratos de Energia de Reserva (CER) na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

Central Geradora Eólica	Leilão	Potência instalada (MW)	Energia vendida (MW médio)	Garantia física (MW médio)
Serra da Babilônia II	09/ 2015 (LER/ 2015)	30,00	13,50	16,1
Serra da Babilônia VI	09/ 2015 (LER/ 2015)	26,00	10,80	13,2
Serra da Babilônia VII	09/ 2015 (LER/ 2015)	26,00	12,80	14,4
Serra da Babilônia VIII	09/ 2015 (LER/ 2015)	26,00	12,60	14,1
Serra da Babilônia IX	09/ 2015 (LER/ 2015)	26,00	11,80	13,2
Serra da Babilônia X	09/ 2015 (LER/ 2015)	26,00	12,70	14,1
Serra da Babilônia XI	09/ 2015 (LER/ 2015)	28,00	12,00	15,5
Serra da Babilônia XII	09/ 2015 (LER/ 2015)	28,00	13,10	15,8
Total		216,00	99,30	116,4

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 21 de fevereiro de 2020.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Consolidação--Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas controladas ou controladas em conjunto são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis-- -Continuação

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD" ou impairment), que considera o modelo de perdas esperadas para os recebíveis.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O ativo imobilizado está composto principalmente por aerogerador, edificação, infraestruturas elétricas, obras civis e linha de transmissão, representando o complexo eólico, e é depreciado com base na vida útil do bem ou prazo contratual (35 anos), dos dois o menor. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Ativos	
Obras civis, edificação, aerogerador, linha de transmissão, infraestruturas elétricas	20
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

2.7. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base utilizada pela companhia nos ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a companhia irá obter a propriedade do bem ao final contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos mercantis--Continuação

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a companhia é arrendadora do bem, constitui-se um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais. Nos casos em que a companhia é arrendatária, os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato. Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Práticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. As variações cambiais oriundas do saldo de passivos de arrendamento denominados em dólares norte-americanos podem ser objeto de designação em função das relações de hedge entre as variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações nessa moeda.

A companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos mercantis--Continuação

Práticas contábeis--Continuação

A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2019, com base no método retrospectivo modificado.

2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas de vida útil definida apresentam 20 anos de vida útil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

2.10. Desmobilização de ativos

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo do Grupo.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Demais ativos e passivo circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos correspondem principalmente a empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Debêntures de Infraestrutura. Eles são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, na medida em que apresentam lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.14. Reconhecimento da receita

a) Venda de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando atendidos os cinco passos do modelo de reconhecimento de receita do IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e quando seu respectivo valor puder ser mensurado com segurança.

O IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O IFRS 15 substituiu o IAS 18 - Receitas, e interpretações relacionadas. De acordo com o IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Reconhecimento da receita--Continuação

b) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.15. Nova norma aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do IAS 12 e não se aplica a tributos fora do âmbito do IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente;

As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;

Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;

Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda e avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Nova norma aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019--Continuação

IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro--Continuação

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IFRS 3: Definição de negócios;

O IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material;

O IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

As referidas normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A Administração da Companhia concluiu em sua avaliação que não houve estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de inflação, risco de PLD), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado

i) *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em decorrência de empréstimos de longo prazo por ele celebrados cujas obrigações financeiras estão atreladas a taxa flutuante denominada Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), definida pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha 100% de seus financiamentos atrelados à TJLP. A TJLP oficial no final dos exercícios de 2019 e 2018 foram, no Brasil, de 5,57% e 6,98% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo CMN, e caso venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da TJLP, os encargos pagos pelas dívidas aumentarão, o que pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados.

ii) *Risco de inflação*

A Companhia está sujeita ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas operacionais estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 100% de suas receitas contratuais atreladas à IPCA. As taxas de inflação no final dos exercícios de 2019 e 2018 foram, no Brasil, de 4,31% em 2019 e 3,75% em 2018, respectivamente, conforme estabelecido pela IBGE. Caso haja aumento da inflação, as receitas aumentarão o que poderá afetar positivamente os seus negócios e seus resultados.

iii) *Risco de PLD*

O Grupo está sujeito ao risco do PLD. Os contratos de compra e venda de energia celebrados pelo Grupo preveem mecanismos onde geração de energia é apurada anualmente e em ciclos de quatro anos. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda com base no Preço de Liquidação das Diferenças. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que a Administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

c) Risco de liquidez

A Companhia está exposta à capacidade de suas controladas e controladoras de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores e outras obrigações	1.810	-	12.320	-
Partes relacionadas	1.691	-	-	-
Dividendos a pagar	153	-	153	-
Debêntures a pagar	3.059	119.143	3.059	119.143
Empréstimos e financiamentos	-	-	36.525	865.809
Arrendamento Mercantil	-	-	3.594	37.868
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações	565	-	85.736	-
Partes relacionadas	4.532	-	-	-
Dividendos a pagar	153	-	153	-
Debêntures a pagar	45.868	118.359	45.868	118.359
Empréstimos e financiamentos	-	-	13.031	827.589

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo à variação das taxas de juros de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019. A análise de sensibilidade foi calculada considerando redução e aumento do CDI e da TJLP, em 1%, para um período de 12 meses. Adicionalmente, foram incluídas sensibilidades em dois outros cenários, cenários I e II, com 25% (1,25) e 50% (1,50) acima do cenário considerado razoável, respectivamente.

	Risco	Saldo em 31/12/19	Cenário razoável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	Aumento ou redução de 1% no CDI	22.843	228	457	799
Empréstimos e financiamentos	Aumento ou redução de 1% na TJLP	(902.335)	(9.023)	(18.047)	(31.582)
Debêntures a pagar	Aumento ou redução de 1% na IPCA	(122.201)	(1.222)	(2.444)	(4.277)
Impacto no resultado e patrimônio líquido			(10.017)	(20.034)	(35.060)

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital--Continuação

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

4.3. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam suas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos e debêntures, nos montantes de R\$ 22.843 e R\$ 1.024.536, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019, e nos montantes de R\$ 119.550 e R\$ 1.004.847, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas conforme a seguir:

Controladora

	Controladora			
	Em 31 de dezembro de 2019			
	Custo amortizado	Ativos ao Valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	89	-	-	89
Aplicações Financeiras	3.136	-	-	3.136
Adiantamento a fornecedores	53	-	-	53
	3.278	-	-	3.278
Fornecedores e outras obrigações	-	-	1.810	1.810
Debêntures a pagar	-	-	122.202	122.202
	-	-	124.012	124.012

	Em 31 de dezembro de 2018			
	Custo amortizado	Ativos ao Valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	43	-	-	43
Aplicações financeiras	47.801	-	-	47.801
Adiantamento a fornecedores	99	-	-	99
	47.943	-	-	47.943
Fornecedores e outras obrigações	-	-	565	565
Debêntures a pagar	-	-	45.868	45.868
	-	-	46.433	46.433

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Consolidado

	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2019			
	Custo amortizado	Ativos ao Valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	824	-	-	824
Aplicações Financeiras	22.843	-	-	22.843
Adiantamento a fornecedores	147	-	-	147
	23.814	-	-	23.814
Fornecedores e outras obrigações	-	-	12.320	12.320
Debêntures a pagar	-	-	122.201	122.201
Empréstimos e financiamentos	-	-	902.335	902.335
	-	-	1.036.856	1.036.856
	Em 31 de dezembro de 2018			
	Custo amortizado	Ativos ao Valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	315	-	-	315
Aplicações financeiras	119.550	-	-	119.550
Adiantamento a fornecedores	594	-	-	594
	120.459	-	-	120.459
Fornecedores e outras obrigações	-	-	85.736	85.736
Debêntures a pagar	-	-	45.868	45.868
Empréstimos e financiamentos	-	-	958.979	958.979
	-	-	1.090.583	1.090.583

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	89	43	823	315
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.136	47.801	22.843	119.550
	3.225	47.844	23.666	119.865

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado a 98% do CDI.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes (a)	-	-	40.903	33.619
Comercialização de Energia CCEE (b)	-	-	2.726	4.079
	<u>1.561</u>	<u>1.140</u>	<u>43.629</u>	<u>37.698</u>

(a) Refere-se aos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

(b) O saldo de contas a receber "Comercialização de Energia CCEE" refere-se a recebíveis anteriores aos contratos de suprimento regulatório, comercializados no âmbito da CCEE.

Não há inadimplência que requeira provisão para perdas.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ estimativa	-	-	-	-
CSLL estimativa	-	-	-	-
IRRF sobre aplicação financeira	693	869	693	2.309
IRPJ-CSLL saldo negativo	861	267	981	1.711
ISS sobre terceiros	-	-	148	132
Outros impostos	-	-	335	312
Tributos pagos a maior	7	4	411	364
	<u>1.561</u>	<u>1.140</u>	<u>2.568</u>	<u>4.828</u>
Circulante	1.561	1.140	2.568	4.828
Não circulante	-	-	-	-

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A.	31	-	1	-
Eólica Serra da Babilônia II S.A.– Compartilhamento	1.616	-	-	-
Eólica Serra da Babilônia VII S.A.– Compartilhamento	81	-	-	-
Eólica Serra da Babilônia VIII S.A.– Compartilhamento	1.171	-	-	-
Eólica Serra da Babilônia IX S.A.– Compartilhamento	74	-	-	-
Eólica Serra da Babilônia X S.A.– Compartilhamento	80	-	-	-
Eólica Serra da Babilônia XI S.A.– Compartilhamento	76	-	-	-
Eólica Serra da Babilônia XII S.A.– Compartilhamento	82	-	-	-
Compartilhamento (i)	-	929	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (ii)	668	14.717	-	-
Total de contas a receber	3.848	15.646	1	-
Circulante	3.180	929	1	-
Não circulante	668	14.717	-	-
Passivo				
Eólica Serra da Babilônia VI S.A.– Compartilhamento	290	-	-	-
Contas a pagar com controladas	1.401	4.532	-	-
Total contas a pagar	1.691	4.532	-	-
Contas a pagar a controladora	-	-	-	-
Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações	-	32.784	-	32.784

- (i) Em 25 de fevereiro de 2016 a Companhia e suas controladas celebraram contrato de compartilhamento por meio do qual estabeleceram uma estrutura operacional de comunhão de esforços para compartilhamento de custos e despesas necessários à implementação dos projetos das controladas e gerados por recurso e negócios administrativos mantidos em comum, concentrando as obrigações junto a terceiros decorrente de custos operacionais "Consórcios" e obrigações decorrentes de custos administrativos "Compartilhamento". Referidos custos e despesas são repassados para as controladas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

10. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	<u>Controladora</u>
Em 31 de dezembro de 2018	521.425
Resgate de ações preferências	(18.763)
Participação nos resultados de controladas	1.654
Em 31 de dezembro de 2019	504.316

b) Resumo das informações financeiras

A tabela abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

	2019				
	% participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo/Lucro
Eólica da Serra Babilônia II S.A.	100%	209.938	142.999	66.938	(863)
Eólica da Serra Babilônia VI S.A.	100%	163.874	109.725	54.149	36
Eólica da Serra Babilônia VII S.A.	100%	192.338	127.918	64.420	676
Eólica da Serra Babilônia VIII S.A.	100%	190.355	125.526	64.830	841
Eólica da Serra Babilônia IX S.A.	100%	179.589	119.472	60.117	225
Eólica da Serra Babilônia X S.A.	100%	195.137	129.786	65.352	377
Eólica da Serra Babilônia XI S.A.	100%	182.840	121.932	60.909	253
Eólica da Serra Babilônia XII S.A.	100%	201.252	133.651	67.601	109
		1.515.323	1.011.009	504.316	1.654

	2018				
	% participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo
Eólica da Serra Babilônia II S.A.	100%	233.151	236.846	(70.353)	(3.695)
Eólica da Serra Babilônia VI S.A.	100%	158.649	161.333	(56.160)	(2.685)
Eólica da Serra Babilônia VII S.A.	100%	196.992	199.929	(66.165)	(2.937)
Eólica da Serra Babilônia VIII S.A.	100%	192.236	194.351	(66.371)	(2.115)
Eólica da Serra Babilônia IX S.A.	100%	179.777	182.378	(62.125)	(2.601)
Eólica da Serra Babilônia X S.A.	100%	202.225	205.064	(67.376)	(2.839)
Eólica da Serra Babilônia XI S.A.	100%	180.968	184.059	(62.926)	(3.091)
Eólica da Serra Babilônia XII S.A.	100%	214.877	217.561	(69.950)	(2.684)
		1.558.875	1.581.521	(521.426)	(22.647)

As controladas foram criadas em 4 de fevereiro de 2016, com isso a Companhia passou a ter oito subsidiárias integrais, constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico, que juntas detêm o Complexo Eólico Serra da Babilônia.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado

	Obras Civis	Obras Elétricas	Linha	Aerogerador	Outros imobilizados	Obras Civis (Edificação)	Custos Financeiros	Imobilizado em andamento	Desmob.	Custos Ambientais	Custo de Transação	Direito de Uso	Total
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	117	-	-	546.197	-	-	-	-	546.314
Adições	21.302	47.947	17.697	566.385	8.770	27.912	52.977	-	58.881	7.130	-	-	809.001
Baixas					(10)								(10)
Transferência	31.411	31.047	26.854	355.340	31.558	53.723	16.264	(546.197)	-	-	-	-	-
Depreciação	(216)	(318)	(184)	(3.838)	(187)	(337)	(288)	-	(245)	(30)	-	-	(5.643)
Em 31 de dezembro de 2018	52.497	78.676	44.367	917.887	40.248	81.298	68.953	-	58.636	7.100	-	-	1.349.662
Adições	46	3.642	1.074	1.101	2.276	-	-	-	-	-	28.053	41.133	77.325
Baixas	(61)	(360)	-	(33)	(60)	(1.199)	-	-	(18.415)	(1.081)	-	-	(21.209)
Depreciação	(2.633)	(4.005)	(2.272)	(46.134)	(2.129)	(4.014)	(3.463)	-	(1.947)	(302)	(1.050)	(2.074)	(70.023)
Em 31 de dezembro de 2019	49.849	77.953	43.169	872.821	40.335	76.085	65.490	-	38.274	5.717	27.003	39.059	1.335.755

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que em 31 de dezembro de 2019 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

12. Intangível

O valor de servidão de passagem são contratos firmados com indivíduos proprietários de imóveis por onde passam estruturas dos parques eólicos. Tais valores serão amortizados linearmente pelo prazo de 20 anos, assim que concluída a construção do parque eólico.

Os valores classificados na rubrica de “Estudos e projetos” referem-se aos ativos adquiridos conforme contrato de compra de ativos e direito de uso, assinado com a Millennium Wind Participações Ltda..

	Controladora			Consolidado		
	Estudos e projetos	Servidão de passagem	Total	Estudos e projetos	Servidão de passagem	Total
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	60.894	921	61.815
Adições	-	-	-	-	934	934
Amortização	-	-	-	-	(10)	(10)
Em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	60.894	1.845	62.739
Amortização	-	-	-	(3.019)	(117)	(3.136)
Em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	57.875	1.728	59.603

13. Fornecedores e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores e outras obrigações	1.810	565	12.320	85.736
	1.810	565	12.320	85.736

O contas a pagar com fornecedores refere(se principalmente: (a) a aquisição de serviços, materiais e equipamentos, aplicados na manutenção e operações do parque eólico e (b) provisões de prestação de serviços ainda não faturados aplicados na operações e manutenções do parque eólico.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações trabalhistas	647	942	647	942
Pis e Cofins	20	31	665	1.598
Pis, Cofins, CS e IR terceiros	3	0	29	23
ICMS, ISS terceiros	6	6	85	122
Contribuição social	-	-	638	2
INSS	-	-	28	202
Imposto de renda pessoa jurídica	-	49	980	59
Outros impostos	10	10	10	10
	686	1.038	3.082	2.958

15. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	-	-	931.340	870.626
Debêntures privadas	-	32.784	-	32.784
Debêntures de infraestrutura	122.201	131.443	122.201	131.443
(-) Custo de transação	-	-	(29.005)	(30.007)
Total	122.201	164.227	1.024.536	1.004.846
Passivo circulante	3.058	45.868	39.584	58.899
Passivo não circulante	119.143	118.359	984.952	945.947

Em 13 de março de 2017 foi contratado um financiamento de longo prazo junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O limite total do financiamento aprovado para a Companhia foi no montante de R\$847.918, sob os quais incidirão juros de 2,48% ao ano a título de remuneração, acima da TJLP. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é com segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2017	35.777	419.584
Captação empréstimos e debêntures	127.780	529.295
Contribuição de capital	(9.577)	(9.577)
Juros e atualização	10.247	63.199
Amortização do custo de transação	-	2.346
Saldo em 31/12/2018	164.227	1.004.846
Captação empréstimos e debêntures	-	44.339
Reversão contribuição de capital	12.888	12.888
Juros e atualização	13.862	92.361
Liquidação empréstimos e debêntures	(68.776)	(129.898)
Saldo em 31/12/2019	122.201	1.024.536

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A exposição dos empréstimos da Companhia e de suas controladas, às variações na taxa de juros e às datas de reprecificação contratual nas datas do balanço, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Menos de um ano	3.059	45.868	39.584	58.898
Entre um e dois anos	2.324	4.374	77.810	58.136
Entre dois e cinco anos	25.461	3.731	161.471	68.519
Acima de cinco anos	91.357	110.254	774.676	849.300
	122.201	164.227	1.053.541	1.034.853
Custo de transação	-	-	(29.005)	(30.006)
	122.201	164.227	1.024.536	1.004.847

Custo de transação

Os custos de captação da dívida, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros (bancos coordenadores) responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora de empréstimo no período como custo de transação. Tais gastos são amortizados no mesmo período dos débitos correspondentes. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto de custo de transação é de R\$29.005 (R\$ 30.006 em 2018)

Debêntures privadas

Em 7 de julho de 2017 a Companhia emitiu debêntures no valor de 40.000, conversíveis em ações, de espécie subordinada, em série única, de sua 1ª emissão, as quais serão objeto de colocação privada, no montante total de R\$40.000. As debêntures possuem vencimento em julho de 2027 com amortização devida na data de vencimento. O valor das debêntures será atualizado a partir da data de emissão pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre o qual incidirão juros remuneratórios de 1,0%, (um por cento ao ano) base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Em 22 de julho de 2019 a companhia liquidou as debêntures privadas no valor de R\$ 44.000.

Conversibilidade

Em 30 de dezembro de 2018, o controlador Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia abriu mão de exercer seu direito de conversão das referidas debêntures em ações, conforme facultado na cláusula 4.5 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debênture privada conversíveis em ações da Companhia.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Debêntures de infraestrutura

Em 10 de agosto de 2018 a Companhia emitiu debêntures no valor de 127.780, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta de distribuição pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures possuem vencimento em 15 de abril de 2033 com amortizações semestrais a partir de outubro de 2019. O valor das debêntures será atualizado a partir da data de emissão pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre o qual incidirão juros remuneratórios de 9,46%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Garantias

Como garantia do pagamento dos empréstimos, a Companhia apresentou (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) as turbinas e a totalidade das ações; e (iii) cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Caixa restrito para garantia das operações

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada a parcela de curto prazo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa aplicação, no montante de R\$49.462 em 2019, tem remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

Cláusulas de Vencimento Antecipado

A dívida obtida junto ao BNDES possui cláusulas contratuais que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está desobrigada a atingir os indicadores requeridos contratualmente.

16. Provisão para desmantelamento

Considerada a entrada em operação do parque eólico, no final de 2018 foi provisionado por suas controladas o valor estimado de R\$58.881 para as despesas que serão incorridas pelas suas controladas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação do sítio. A estimativa foi mensurada pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo será reconhecido como despesa financeira. Em 2019, em seu processo anual de revisão de premissas, a Companhia adotou a utilização de uma nova premissa de reciclagem de material em seus cálculos. Os impactos foram considerados de maneira prospectiva no exercício. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de provisão para desmantelamento é de R\$ 43.341.

17. Custos socioambientais

Com a finalidade de atender ao preconizado na orientação OCPC 05 (Contrato de Concessão, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Companhia registrou em 31 de Dezembro de 2018 os custos ambientais futuros no montante de R\$7.135, decorrentes da Licença Prévia ("LP") e da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. Trata-se de valores referente à construção do parque eólico que serão realizados e desembolsados e desta forma foram provisionados no passivo tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Em 31 de Dezembro de 2019 o valor provisionado a valor presente para desembolso futuro é de R\$5.099.

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

18. Arrendamento mercantil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula parte do arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Esses foram os dados considerados para a adoção do CPC 06 (IFRS 16), de acordo com a nova política contábil da Companhia vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme nota 2.8.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia são apresentados a seguir:

Menos de 1 ano	3.544
Entre 1 e 5 anos	19.708
Acima de 5 anos	69.243
Total de pagamentos mínimos	92.495
Encargos financeiros futuros	(51.033)
Valor presente dos pagamentos mínimos	41.462

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de contratos de arrendamento mercantil representam o montante de R\$ 41.462. No exercício de 2019, a companhia liquidou o montante de R\$ 3.353 relativo ao arrendamento mercantil.

O ativo imobilizado decorrente do direito de uso está demonstrado na Nota 11. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos contratuais mínimos de aluguel, trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

19. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo antes dos impostos	(16.324)	(33.676)	(16.324)	(33.767)
Alíquota fiscal	25%	25%	9%	9%
	(4.081)	(8.419)	(1.469)	(3.039)
Adições e exclusões líquidas permanentes	60	5.662	60	-
Outras exclusões (adições) temporárias, líquidas	1.653	21	1.653	8
Despesa imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

A demonstração entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 quando a companhia passou a ser tributada pelo Lucro presumido é de:

	2019	
	IRPJ	CSLL
Receita Operacional	206.951	206.951
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%
Base de cálculo	16.556	24.834
Receitas financeiras	3.097	3.097
	19.653	27.931
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%
	4.719	2.514
(-) Compensações	-	-
Total imposto de renda e contribuição social corrente	4.719	2.514

20. Provisões

Passivo contingente

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável e possível, com base na avaliação de seus assessores legais, sendo assim não há provisão constituída.

21. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito no valor de R\$446.900 está dividido em 446.900 (quatrocentos e quarenta e seis milhões e novecentos mil) ações ordinárias, sem valor nominal e preço de emissão de R\$1 (um real), cada uma totalmente subscrita. O fundo Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações detém 100% das ações.

	Capital social	Contribuição de capital
Em 31 de dezembro de 2017	446.900	4.536
Contribuição de capital (Nota 15)	-	9.577
Em 31 de dezembro de 2018	446.900	14.113
Contribuição de capital (Nota 15)	-	(12.888)
Em 31 de dezembro de 2019	446.900	1.225

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

22. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional – Geração de energia	-	-	206.952	34.329
Penalidades sobre receita bruta	-	-	-	(710)
Impostos sobre vendas	-	-	(7.555)	(3.175)
			199.397	30.444

23. Custos de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo de transmissão e energia	-	-	(9.297)	(4.215)
Custo com serviços de operação e manutenção	-	-	(11.373)	(119)
Depreciação e amortização	-	-	(69.796)	(5.634)
	-	-	(90.466)	(9.968)

24. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal e encargos sociais	(76)	(11)	(2.720)	(336)
Publicidade	-	(73)	(48)	(196)
Consultoria e assessoria	(22)	(62)	(851)	(1.786)
Seguros	(0)	(2)	(1.612)	(547)
Outros serviços de terceiros	(121)	(198)	(3.296)	(8.530)
Aluguel e manutenção	(13)	(13)	(414)	(677)
Material de consumo	(1)	(59)	(415)	(372)
Viagens	(209)	(370)	(444)	(1.199)
Depreciação	(36)	(3)	(3.367)	(33)
Impostos e taxas	(18)	(242)	(871)	(1.880)
Outras despesas gerais	(142)	-	(1.623)	(818)
	(638)	(1.033)	(15.661)	(16.374)

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

25. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros sobre empréstimo	(12.593)	(10.247)	(91.088)	(12.593)
Comissões e corretagens	(4.928)	(2.093)	(6.956)	(22.380)
Juros sobre arrendamento	-	-	(3.682)	-
Juros sobre desmobilização	-	-	(2.877)	-
Juros sócios ambientais	-	-	(106)	-
Outros Juros, Tarifas e Impostos	(1.356)	(161)	(2.286)	(9.523)
Despesas financeiras	(18.877)	(12.501)	(106.995)	(44.496)
Receitas sobre aplicação financeira	1.470	2.548	4.201	6.702
Outras	66	2	432	182
Receitas financeiras	1.536	2.550	4.633	6.884
Resultado financeiro	(17.341)	(9.951)	(102.362)	(37.612)

26. Seguros

A Companhia faz parte das apólices do Grupo como co-segurada dentro de um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém seguro de responsabilidade civil. A soma da indenizações da apólice contratada de forma consolidada pelo Grupo, em todos os sinistros, não poderá exceder o limite máximo de R\$30.000 para responsabilidade civil.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

27. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia é realizada pela Rio Energy Projetos de Energia S.A., empresa ligada ao Grupo Rio Energy.